



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

A aprovação pelo Governo do DL da putativa correção de assimetrias de progressão na carreira recrudesce luta dos professores

A notícia que o Governo terá aprovado hoje, dia 18 de maio, em Conselho de Ministros, o decreto-lei sobre a putativa correção das assimetrias da progressão na carreira docente, irá contribuir para recrudescer a luta dos professores contra um Governo que insiste em hostilizar esta classe profissional, recusando sistematicamente em valorizar a mesma, numa conjuntura de enorme fragilidade do sistema educativo.

O Decreto-Lei, tal como o SPLIU o conhece, não corrige assimetrias, antes pelo contrário, considera esta estrutura sindical independente que acrescenta assimetrias, desvios, erros e omissões, colocando decisivamente em causa o princípio constitucional da igualdade, pelo tratamento desigual de casos exatamente iguais num Estado de Direito Democrático, pois todos os professores, sem exceção, perderam exatamente o mesmo tempo de serviço durante os dois períodos de congelamento das carreiras.

Tal como se pode ler numa notícia difundida pela comunicação social sobre o assunto em apreço, o Governo "decidiu compensar alguns professores", numa ação que visa dividir os docentes, consubstanciada em acenar com uma cenoura a alguns e uma malagueta aos demais, estratégia essa, que este Sindicato Independente repudia terminantemente. O Ministério da Educação começou por falar em correção de assimetrias tendo depois evoluído para um acelerador na carreira para alguns professores, acelerador esse que só pode ser de partículas de poeira para os olhos dos docentes no que se refere à devida e legítima recuperação do tempo de serviço congelado.

O Senhor Presidente da República promulgou recentemente, apesar da contestação dos professores e das dúvidas que o próprio Chefe de Estado parece ter tido, o decreto-lei sobre o novo regime de gestão e recrutamento de docentes, e, ao fazê-lo, fez publicar uma nota no site oficial da Presidência da República, na qual se pode ler: "espera, contudo, que o diálogo com os professores prossiga, nomeadamente quanto ao futuro dos professores agora vinculados por um ano, **assim como quanto à recuperação faseada do tempo docente prestado e ainda não reconhecido.**"

Volvidos quase 14 meses após a tomada de posse do Governo, e, conseqüentemente do Ministro da Educação, o SPLIU não pode deixar de concluir, com base nas evidências, que as matérias abordadas em relação aos professores, têm sido TODAS decididas unilateralmente pela tutela em sentido contrário às legítimas e sustentadas reivindicações dos professores.

Contra esta política miserabilista do Governo em relação aos professores, só resta a via do protesto sistemático e da **LUTA** contra esta hostil conjuntura adversa, determinada pelas inauditas decisões governativas.

O SPLIU apela a uma forte participação dos professores no protesto que na próxima semana irá percorrer o país de norte a sul pela N2, e, sobretudo a uma adesão massiva à GREVE e MANIFESTAÇÕES agendadas para o dia 6-6-23.

Lisboa, 18 de maio de 2023

A Direção Nacional